***‘Ela queria dar o furo’*: a violência digital contra mulheres jornalistas como estratégia de desinformação**

1. **Introdução**

O jornalismo consiste em uma das práticas fundamentais para o bom funcionamento da sociedade e também para a manutenção de um regime democrático, uma vez que tem como uma de suas funções a vigilância do poder público. Por meio do jornalismo, os cidadãos exercem um dos direitos fundamentais garantidos pelo Estado Democrático de Direito: o de acesso à informação (ENGEL BRONOSKY, RIOS, 2019). Desta forma, atos que inviabilizam o exercício da profissão jornalística ou hostilizam os profissionais da imprensa se configuram como nocivos não apenas ao jornalismo, mas a toda sociedade.

O jornalismo vem enfrentando uma crise no atual contexto político, tanto no Brasil, quanto no mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a receita publicitária dos jornais passou de 23,6 bilhões de dólares para 14,3 bilhões de dólares (CAMPOS MELLO, 2020, p. 169). Esse processo se dá paralelamente à ascensão de líderes populistas de extrema direita em diversas partes do globo, à ruptura da credibilidade em instituições democráticas, ao surgimento de fatos alternativos e à ascensão de um discurso anti-imprensa.

Segundo Bennett e Livingston (2020), o atual cenário caracterizado como a “era da desinformação” encontra explicação na crise epistemológica. Com o esvaziamento político e a perda da credibilidade das instituições democráticas, surge uma demanda crescente por informações alternativas e por uma narrativa que possa explicar porque as coisas ficaram tão fora de ordem. Em paralelo, movimentos ultranacionalistas e de extrema-direita ganham força e passam a ocupar essa lacuna de poder, especialmente pelas redes sociais (BENNETT, LIVINGSTON, 2018; WAISBORD, 2020). Estes movimentos passam a produzir os chamados “fatos alternativos”, conteúdos falsos intencionalmente produzidos para alcançar finalidades políticas.

Apesar de a desinformação não ser um fenômeno novo, ela ganhou enorme projeção no cenário mais recente, especialmente com a popularização da internet. Neste trabalho, entendemos este fenômeno como “ações que procuram propositalmente falsificar uma informação com o objetivo de enganar as pessoas” (ZATTAR, 2017, p. 288). Fallis (2015) argumenta que apesar da desinformação se tratar de uma informação enganosa, para garantir adesão e representação viável, sua base informacional se sustenta em informações providas de realidade.

As redes sociais digitais passaram a ser vistas por muitos segmentos da sociedade como um risco à manutenção de regimes democráticos (TUCKER *et al*, 2018). Líderes populistas de extrema-direita pelo mundo passaram a usá-las para promover as narrativas que melhor os convém e interferir em processos políticos.

Na versão moderna do autoritarismo - em que governantes não rasgam a Constituição, nem dão golpes de Estado clássicos, mas corroem as instituições democráticas por dentro **–** não é necessário censurar a internet. Nas ‘democracias iliberais’, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com as versões dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade **–** e abafe outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais (CAMPOS MELLO, 2020, p. 24)

Para respaldar suas “versões alternativas”, diversos líderes populistas de extrema-direita precisaram convencer a população de que a instituição responsável por garantir o acesso à informação não era mais capaz de continuar cumprindo seu papel. Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, por exemplo, fez da guerra à imprensa parte essencial da sua estratégia de governo (CAMPOS MELLO, 2020). Pioneiro no uso da expressão *fake news*, Trump popularizou a ideia de que o jornalismo tradicional era o grande produtor de informações falsas. Em um *tweet* publicado em sua conta oficial, ele disse “A mídia *fake news* é verdadeiramente o INIMIGO DO POVO” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 177).

A mesma conotação dada ao termo *fake news* foi adotada posteriormente por Bolsonaro e outros presidentes mundo afora. Nos últimos anos, organizações em defesa do direito à liberdade de expressão e do direito ao acesso à informação vêm registrando um agravo nas notificações de violência contra jornalistas e ataques generalizados à imprensa no Brasil (FENAJ, 2022, 2021, 2020). Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2022), o presidente Jair Bolsonaro vem cumprindo um papel fundamental neste processo, tendo sido o principal autor de agressões contra jornalistas nos últimos três anos. O tamanho repúdio à imprensa do governante provocou uma decisão inédita do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinando que o presidente da República pague uma indenização por danos morais à categoria (CHARLEAUX, 2022).

No ambiente digital, linchamentos massivos a jornalistas se tornaram comuns, dando origem a um fenômeno chamado *trollagem* anti-imprensa. O termo *troll* é utilizado para descrever aqueles que fazem uso de um discurso deliberadamente ofensivo para atacar as pessoas e provocar uma resposta emocional (MARWICK, LEWIS, 2017). Especialmente quando publicam reportagens denunciando medidas governamentais, jornalistas recebem uma avalanche de mensagens ofensivas em seus perfis pessoais.

Diante deste cenário alarmante, as mulheres jornalistas estão mais suscetíveis a sofrer com agressões que não decorrem apenas dos ataques à imprensa, mas também da violência de gênero estrutural à sociedade. De acordo com Heleieth Saffioti, a violência de gênero, admitida a partir do conceito bourdiano de violência simbólica, se consolida através das relações de dominação-exploração do poder masculino que estruturam as próprias relações sociais uma vez que “nenhuma relação social se passa fora da estrutura. Todas elas obedecem às normas que estruturam a sociedade por inteiro” (SAFFIOTI, 2001, p. 136). De maneira análoga, Gonzalez (1981) e Crenshaw (1984) contribuem para a adoção de uma perspectiva interseccional, admitindo que a condição das mulheres partem de múltiplas opressões entrecruzadas que incidem em seu processo de socialização.

A violência digital contra mulheres jornalistas inclui uma série de táticas e estratégias utilizadas *online* para atingir as profissionais, promover a descredibilização da imprensa e impedir o exercício da profissão. Em um estudo global que entrevistou jornalistas e comunicadoras no mundo todo (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018), 63% das respondentes indicaram ter sido ameaçadas ou assediadas *online*. Tendência global, o cenário no Brasil também não é muito diferente. Dos 119 episódios de violência contra jornalistas mulheres analisados pela Abraji (2022) no último ano, 68% aconteceram *online.*

O *trolling* ou assédio *online* é entendido como uma prática intencional na qual um indivíduo ou um grupo utilizam a internet para molestar, assediar ou ridicularizar uma outra pessoa utilizando uma conta verdadeira ou falsa (KOIRALA, 2020; FERRIER, GARUD-PATKAR, 2018). Em muitos casos, estes comentários são denominados *gendertrolling* ou assédios de gênero (CHEN et al, 2018), quando incluem comentários sexistas e misóginos que criticam, atacam, marginalizam, estereotipam ou ameaçam as vítimas com base em atributos de gênero ou sexualidade.

Embora ataques contra jornalistas e profissionais da imprensa não sejam um fenômeno novo, há uma série de razões que explicam por que o ambiente digital se tornou mais hostil às jornalistas mulheres nos últimos anos. Em primeiro lugar, a interação *online* passou a fazer parte das rotinas jornalísticas (CHEN, PAIN, 2018). Ter um perfil nas principais redes sociais para divulgar o trabalho produzido, apurar informações, conquistar e cultivar fontes e interagir com internautas tornou-se praticamente uma exigência da profissão.

Esse cenário foi intensificado pela pandemia da Covid-19, que alterou as condições de trabalho dos jornalistas e os tornou ainda mais dependentes da comunicação digital e das plataformas de mídia social (ABRAJI, 2022). A maior projeção das jornalistas nas redes facilitou o acesso dos cidadãos às profissionais no ambiente digital (WAISBORD, 2020) e essas mulheres, que já eram figuras públicas, ficaram ainda mais em evidência e vulneráveis aos ataques.

Observa-se que as agressões direcionadas às jornalistas mulheres frequentemente fazem referência a questões de gênero, aparência ou corpo, sexualizando as jornalistas e buscando tornar o trabalho das profissionais e até mesmo sua condição de existência enquanto mulher ilegítimas.

Tem-se como exemplo o que aconteceu com a repórter do jornal *Folha de S. Paulo*, Patrícia Campos Mello, após a disseminação de informação falsa a seu respeito durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *Fake News*, em fevereiro de 2020. Na ocasião, Hans River, uma testemunha que havia sido fonte de Patrícia, mentiu em seu depoimento alegando que a repórter havia oferecido sexo a ele em troca de informação (CAMPOS MELLO, 2020). Após o incidente, Patrícia se tornou alvo de linchamentos virtuais que a desqualificavam enquanto mulher e enquanto profissional, além de uma quantidade significativa de memes depreciativos ridicularizarem a situação. Os ataques se intensificaram ainda mais a partir de uma declaração pública feita pelo presidente Jair Bolsonaro, alegando que Patrícia “queria dar o furo” (URIBE, 2020).

Assim, este trabalho surge com o objetivo de investigar as manifestações de violência contra mulheres jornalistas no ambiente digital e compreender de que maneira essas agressões corroboram para promover práticas de desinformação a fim de sobrepor narrativas discursivas. A pesquisa parte da hipótese de que os ditos ataques se valem de atributos de gênero para atingir jornalistas mulheres, promovendo a manutenção de uma estrutura hierárquica de poder e alimentando um processo em ascensão de descredibilização da imprensa.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa buscou realizar um estudo de caso sobre o episódio ocorrido com a jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, em 2020, no Twitter, identificar os principais tipos de ataques contra jornalistas mulheres e contra a imprensa e identificar as principais narrativas discursivas presentes nas agressões.

Há, pelo menos, quatro grandes razões que justificam e tornam esta pesquisa relevante:

1. Diante do aumento exponencial nos episódios de violência contra jornalistas no Brasil nos últimos três anos (FENAJ, 2020, 2021, 2022), entende-se que há um risco para o exercício da profissão que garante um dos pilares do Estado Democrático de Direito;
2. Considerando que o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores desempenham um papel central na promoção e consequente disseminação destas agressões;
3. Tendo em vista que o uso de redes sociais digitais passou a ser incorporado nas rotinas jornalísticas, de modo que, os profissionais da imprensa tornaram-se mais expostos a este tipo de violência;
4. Uma vez que as agressões contra jornalistas mulheres nas redes sociais constituem-se como mais uma demonstração da violência de gênero (POSETTI et al, 2021)
5. **O caso Patrícia Campos Mello**

Às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, uma reportagem da repórter Patrícia Campos Mello, publicada pela *Folha de S. Paulo*, expôs o nome de empresas que haviam contratado um serviço de disparo de mensagens falsas em massa pelo WhatsApp contra o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. O caso ganhou grande repercussão e teve como um dos principais desdobramentos a instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News, em julho de 2019.

Em fevereiro de 2020, a CPMI das Fake News ouviu o testemunho de uma das fontes entrevistadas por Patrícia à época da publicação da reportagem. O Sr. Hans River do Rio Nascimento havia trabalhado em uma das agências que realizavam o trabalho de disparo de mensagens em massa, a Yacows. Durante seu depoimento, porém, Nascimento alegou que Patrícia havia se oferecido sexualmente para tentar conseguir as informações para a reportagem:

Eu vou deixar mais claro, mas muito mais claro, porque eu acho que não fui muito direto nessa situação da jornalista. Ela queria sair comigo e eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar na minha casa, com o propósito de pegar a matéria. Ela se insinuou para entrar, e eu ainda falei que não podia entrar na minha casa. Ela queria ver o meu computador, que eu inclusive trouxe para cá. Não está aqui, eu trouxe para o flat em que a gente está. E quando eu cheguei na Folha de S. Paulo, quando ela escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção, que a minha intenção era ser ouvido a respeito do meu livro, entendeu? (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Apenas a experiência de ter uma fonte defendendo uma acusação falsa que compromete seu caráter e o seu trabalho durante uma CPMI, transmitida para todo país e onde é proibido mentir, já é suficientemente ruim e traumática para qualquer jornalista. A situação, porém, se agravou com as mensagens e comentários que Patrícia passou a receber em diversas redes sociais, de perfis anônimos ou não: “‘Você tava querendo dar a buceta pro cara kkkkkk então você chupa piroca por fontes?’ [...] ‘Puta do caralho, por que você não libera seus comentários? Quem tem cu, tem medo’ [...] ‘Linda, deixa te perguntar, você raspa os pelinhos?’” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 84). Assim como a própria declaração de Hans River, os comentários eram repletos de machismo e também faziam insinuações  **–** além de assédios **–**  sexuais.

No mesmo dia da Oitiva de Hans, o deputado federal Eduardo Bolsonaro subiu à tribuna da Câmara dos Deputados quando estava sendo filmado e declarou: “Eu não duvido que a sra. Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha*, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o sr. Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 83). Ao mesmo tempo, Eduardo espalhou a declaração em diversos comentários no Twitter, rede social onde tem mais de 2 milhões de seguidores.

Já o presidente Jair Bolsonaro, dias após o ocorrido, levantou o assunto durante uma coletiva de imprensa, sem sequer ser questionado:

Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo [risos dele e dos demais]", disse o presidente, em entrevista diante de um grupo de simpatizantes em frente ao Palácio da Alvorada. Após uma pausa durante os risos, Bolsonaro concluiu: "a qualquer preço contra mim" (URIBE, 2020).

A expressão cunhada pelo Presidente da República “dar o furo”, que faz um trocadilho de mau gosto, foi replicada por diversos internautas, como exemplifica Campos Mello (2020) em um comentário que recebeu em seu perfil no Instagram: “Queria dar o furo em troca de reportagens, quenga, agora quer dar uma de vítima… toma vergonha na cara, procura outra pessoa para vc dar esse furico” (CAMPOS MELLO, 2020, p. 85). Nas redes, usuários reproduziram a mentira implantada pelo deputado Eduardo Bolsonaro, alegando que a suposta ação de Patrícia teria sido feita com o objetivo de atingir o presidente.

1. **Metodologia**

Longe de ser um fato isolado, o que aconteceu com Campos Mello ilustra uma situação cotidiana de violência que mulheres jornalistas vêm enfrentando nas redes sociais, sendo assim, o estudo de caso (YIN, 2010) foi adotado como método de investigação. Para isso, foi realizado um levantamento de um conjunto de mensagens em resposta à conta oficial da jornalista Patrícia Campos Mello em seu perfil oficial do Twitter (@camposmello), selecionando uma amostra característica para estudo de caso aprofundado. Para a coleta de dados, foi utilizada a ferramenta ePOCS Twitter Crawler (SAVA, 2016), desenvolvida pelo Laboratório de Mídias Sociais e Opinião Pública da PUC-Rio, que permite a extração de dados da rede social a partir de filtros específicos.

A amostra coletada levou em consideração os tweets publicados em resposta à conta oficial da jornalista, que mencionaram o usuário @camposmello e que foram publicados no período entre 11 e 12 de fevereiro de 2020. A maior parte das mensagens se referiram a uma publicação feita pela própria repórter no dia 11 de fevereiro, afirmando que em breve publicaria prints das conversas entre ela e o ex-funcionário para desmentir a alegação de Hans:

**Figura 1 – Tweet publicado pela Patrícia Campos Mello**



Foto: Twitter / Reprodução[[1]](#footnote-0)

Ao final da coleta, a plataforma ePOCS Twitter Crawler disponibilizou uma planilha com 18.131 *tweets* correspondentes aos filtros definidos. O processo de classificação dos *tweets*  para análise e discussão das narrativas de desinformação e violência de gênero foi realizado considerando a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2007), seguindo os passos de organização, codificação e categorização.

Em primeiro lugar, foi realizada a escolha dos documentos para demarcação do *corpus* de análise: eliminou-se todas aquelas mensagens que não tiveram nenhum tipo de interação, como curtida, compartilhamento ou comentário. Este primeiro filtro transformou a base inicial de mais de 18 mil *tweets* em 4745. Apesar de reduzida, ainda assim a base de dados permaneceu extensa, portanto, foi selecionada uma amostra de 5% deste novo grupo, de acordo com o critério de engajamento, que leva em consideração a quantidade de curtidas, comentários e compartilhamentos que uma publicação obteve. Desta forma, o *corpus* foi delimitado como: a amostra de 5% do conjunto de *tweets* com maior engajamento publicados em resposta a conta oficial da Patrícia Campos Mello (@camposmello), entre 11 e 12 de fevereiro, que tiveram ao menos algum tipo de interação (*replies, likes* ou *retweets*):

Coleta inicial: Primeiro filtro: Amostra final:

18.131 *tweets*  4.745 *tweets*   273 *tweets*

Foram elaboradas ao todo dez questões investigativas que serviram para orientar a categorização das mensagens, de acordo com diferentes aspectos. Optou-se por utilizar perguntas fechadas, isto é, que pudessem ser respondidas com sim ou não, e, dentro destas perguntas fechadas, foram pensadas outras questões abertas, a serem respondidas no caso de respostas afirmativas às questões anteriores.

1. É um ataque ou uma mensagem de apoio?

1.1 Reproduz a versão do depoimento de Hans River Nascimento?

1.2 Faz menção a algum ator social?

1.2.1 Qual ator social é mencionado?

1.3 Promove ofensas à Patrícia Campos Mello?

1.3.1 Qual termo ou expressão é utilizado para ofender a repórter?

1.4 Promove ataques ao jornal *Folha de S. Paulo* ou ataca de alguma forma a imprensa?

1.5 Utiliza imagens, gifs ou mídia no tweet?

1.6 Utiliza *hashtag*?

1.6.1 Qual *hashtag* é utilizada?

Na tabela com os *tweets* coletados, foram acrescidas colunas para anotação das respostas de cada questão investigativa. Para as perguntas fechadas, foram anotados 0, 1 ou 2, no caso da resposta ser negativa, positiva ou inconclusiva, respectivamente. Para as perguntas abertas, foram anotadas a resposta subjetiva da questão: por exemplo, em “Qual termo ou expressão é utilizado(a) para ofender a repórter?” foi descrito o termo ou expressão utilizado. Na ausência de um termo ou expressão, foi anotado 0.

A partir das respostas obtidas, foi possível criar categorias baseadas em padrões de frequência e tema. Por exemplo, a questão “Qual termo é utilizado para ofender a jornalista Patrícia Campos Mello?”, aceitou qualquer tipo de resposta, permitindo uma categorização temática. Conforme foi sendo realizada a análise, observou-se que os termos e expressões utilizados para ofender a jornalista apresentavam três grandes padrões e, por isso, neste aspecto foram criadas as categorias: (1) ataques sexuais, (2) termos paternalistas, (3) desqualificação profissional (4) outros ataques.

As categorias criadas permitiram verificar a quantidade de ataques e de comentários que reproduziram a versão do discurso de Hans River na CPMI, identificar o alvo preferencial dos ataques, os tipos de ataques contra a repórter e contra a imprensa, os atores sociais mencionados, os temas presentes nas imagens e as *hashtags* utilizadas. A partir da obtenção dos resultados quantitativos e qualitativos, foi possível identificar as principais narrativas de desinformação utilizadas nos ataques e as principais estratégias para atacar a repórter Patrícia Campos Mello.

1. **Resultados**
   1. **Ataques *vs* mensagens de apoio**

O primeiro aspecto da análise buscou entender se os *tweets* coletados eram comentários de ódio, xingamentos e/ou agressões à jornalista ou à imprensa de alguma maneira; se prestavam apoio e solidariedade à situação que ela precisou enfrentar ou se não se encaixava em nenhuma das descrições anteriores. Foi realizada uma categorização do total de mensagens entre três grupos: (1) os ataques; (2) as mensagens de apoio e (3) outras mensagens.

Das 237 mensagens analisadas, 188 corresponderam ao primeiro grupo, o dos “ataques”, representando 78,7% do universo total. Houve apenas 30 *tweets* que prestaram apoio e solidariedade à Patrícia Campos Mello, um equivalente a 12,6%. E outros 19 *tweets*, ou 8,8% do total analisado, não foram considerados nem “ataques” nem “mensagens de apoio”, entrando para o grupo “outras mensagens”.

Como este trabalho centra-se na violência digital contra mulheres jornalistas, as mensagens categorizadas nos grupos “mensagens de apoio” e “outras mensagens” foram descartadas e apenas aquelas do grupo dos “ataques” foram utilizadas para a análise dos aspectos subsequentes.

* 1. **Reprodução do depoimento de Hans River**

O segundo aspecto buscou analisar se a narrativa presente nos *tweets* do grupo “ataques” correspondeu ao testemunho apresentado pelo ex-funcionário da Yacows. As mensagens analisadas foram categorizadas nos grupos: (1) comentários que reproduziram a versão, (2) comentários que não reproduziram a versão e (3) comentários em que não foi possível identificar.

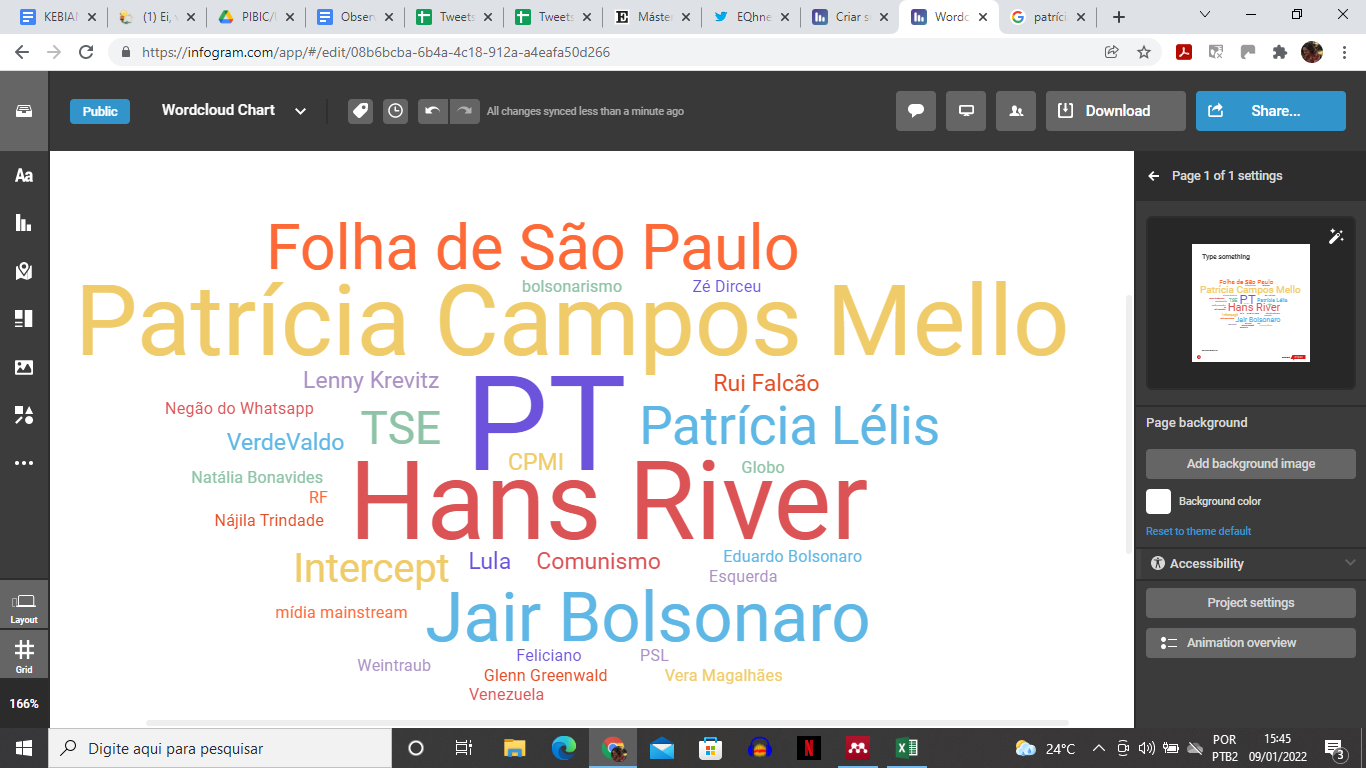
A maioria dos ataques, correspondente a 89,4%, fez alusão à versão apresentada por Hans River na CPMI das Fake News, em fevereiro de 2020. Ou seja, dos 188 *tweets* considerados, 168 fizeram menção ao fato de que Patrícia teria supostamente oferecido sexo em troca de informação e forjado provas nas reportagens publicadas. 12 *tweets* claramentenão reproduziam a versão apresentada pela testemunha e em outras 8 mensagens não foi possível estabelecer se o discurso compactuava ou não com a versão.

* 1. **Atores mencionados**

Neste aspecto, buscou-se mapear se havia algum tipo de padrão entre os comentários no que diz respeito à menção de outros atores sociais. Dessa forma, foram computadas todas as vezes em que citações a um personagem político, partido ou veículo de comunicação, por exemplo, estiveram presentes nas mensagens.

Do total de ataques, 36% mencionaram atores sociais específicos. Os nomes que mais apareceram foram: PT (16), Hans River (13), Patrícia Campos Mello (12), Jair Bolsonaro (8) e *Folha de S. Paulo* (7), respectivamente. Os demais nomes, podem ser vistos na nuvem de palavras elaborada abaixo:

**Figura 2 – Nuvem de palavras com os atores sociais mencionados nos *tweets***



Fonte: Elaboração própria.

* 1. **Alvo dos ataques**

Este critério buscou identificar se os ataques eram diretamente direcionados (1) à Patrícia, (2) ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa, (3) a ambos ou (4) sem um alvo específico.

Do total de ataques analisados, 63,1% (ou 119 do total de 188) foram direcionados a um alvo específico. Patrícia foi a principal vítima: 44,4% (84 mensagens) do total de ataques foram direcionadas à repórter, 11,2% (21 mensagens) à *Folha de S. Paulo* ou à imprensa de maneira geral e 7,5% (14 mensagens) foram dirigidas à repórter e à imprensa.

* 1. **Ataques ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa**

No caso dos ataques à *Folha de S. Paulo* ou à imprensa de maneira generalizada, foi possível subcategorizar as mensagens em cinco grandes grupos: (1) ataques que sugerem a manipulação das informações por parte da imprensa, (2) ataques que questionam a credibilidade do jornalismo, (3) ataques ao jornal *Folha de S. Paulo*, (4) alusões à esquerda e (5) outros ataques.

As mensagens que sugerem a manipulação das informações foram as mais predominantes dentro dos ataques à imprensa e à *Folha de S. Paulo*, responsável por 35,1% do total*.* Os usuários argumentaram, na maior parte das vezes, que os áudios e prints das conversas entre Hans e Patrícia, que a repórter se compromete em publicar, seriam editados e adulterados. Em um *tweet* que diz “2 horas e meia para publicar um material? corre aqui Verdevaldo…tá demorando muito a adulteração aqui”[[2]](#footnote-1), o usuário faz menção ao jornalista do *The Intercept Brasil* Glenn Greenwald chamando-o de “Verdevaldo”. A mensagem compara a atuação de Patrícia com a do jornalista britânico, também considerada imprudente pelo usuário.

O segundo grupo que mais apareceu foi o dos ataques que questionaram a credibilidade do jornalismo. Este tipo de estratégia esteve presente em 27,0% das mensagens que tiveram a imprensa como alvo. Na maior parte das vezes, os agressores acusaram a imprensa de mentirosa.

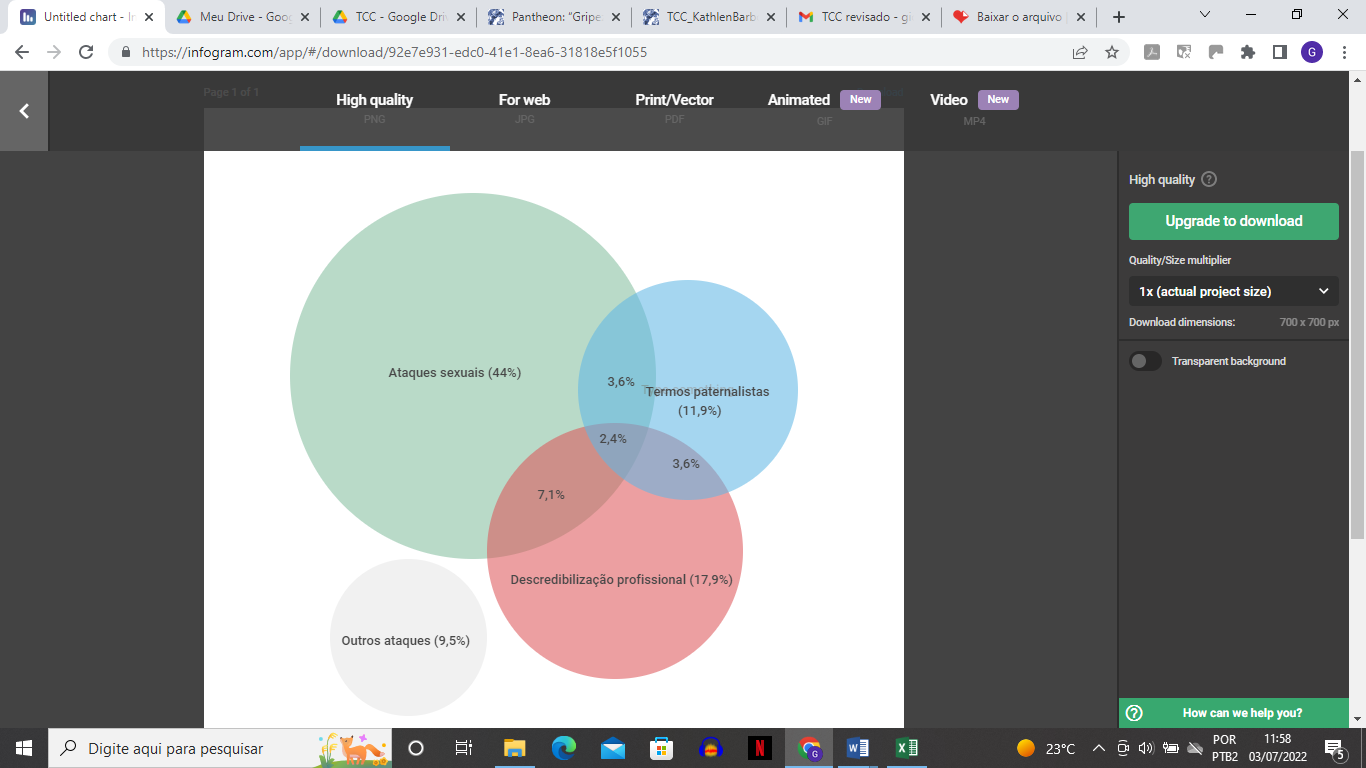
Além disso, 10,8% dos *tweets* mencionaram especificamente o jornal *Folha de São Paulo*. Foi comum a utilização, por exemplo, da *hashtag* #FolhaLixo. Outros 10,8% dos *tweets* fizeram associação do jornal ao comunismo e/ou ao espectro político do campo da esquerda.

No último grupo, denominado “Outros ataques”, foram incluídas agressões mais generalizadas, como “reportagem porca” ou “jornal imundo”. Esta categoria foi responsável por 16,2% do total de ataques à imprensa.

* 1. **Ataques à jornalista Patrícia Campos Mello**

Dentro do grupo de ataques diretamente direcionados à Patrícia Campos Mello, foi possível realizar uma subcategorização, classificando as mensagens em quatro grupos: (1) ataques sexuais, (2) termos paternalistas[[3]](#footnote-2), (3) descredibilização profissional e (4) outros ataques. É importante ressaltar que uma mesma mensagem pôde ser classificada em mais de uma categoria, assim como alguns comentários não se encaixaram em nenhuma das três.

**Figura 3 – Gráfico com os tipos de ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello**



Fonte: Elaboração própria

Os ataques sexuais foram os mais frequentes e apareceram sozinhos em 44% dos *tweets*. Em seguida, os ataques de descredibilização profissional ficaram em segundo lugar, aparecendo sozinhos em 17,9% do total deste grupo de *tweets.* Por fim, aparecem os ataques que fizeram uso de um termo paternalista. Este grupo representou, sozinho, 11,9% do total de *tweets*. Ataques que não se enquadraram em nenhuma das categorias representaram 9,5% do total.

Considerando os *tweets* que apresentaram mais de um tipo de ataque, os ataques sexuais e os termos paternalistas apareceram juntos em 3,6% dos *tweets.* Os ataques sexuais e os termos de descredibilização profissional estiveram presentes em 7,1% do total de mensagens. Já os termos paternalistas e os termos de descredibilização profissional apareceram juntos em 3,6% do total de ataques. *Tweets* que utilizaram os três tipos de ataque estiveram presentes em 2,4% do total.

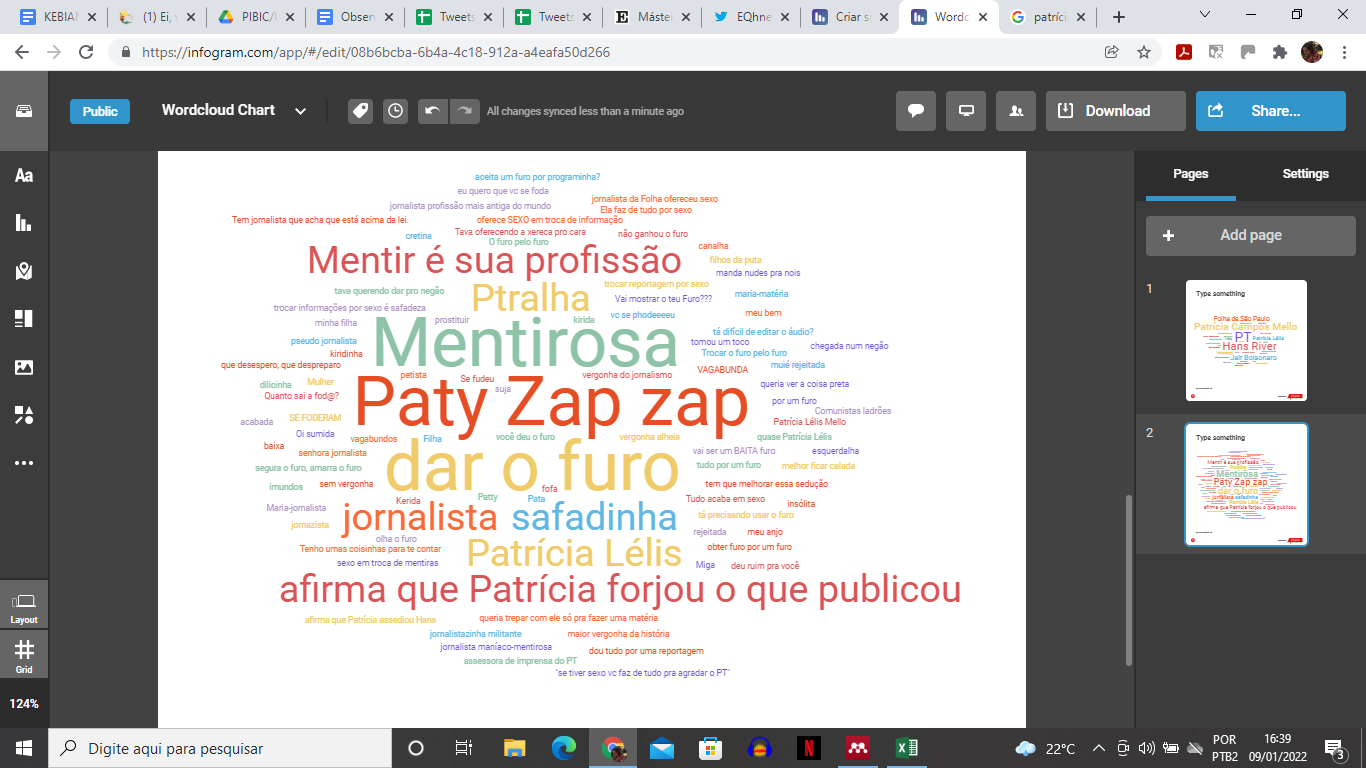
A maior parte dos ataques sexuais sugere que Patrícia havia tentado se prostituir para conseguir informações. A expressão “dar o furo” e suas variáveis, utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, foi mencionada 16 vezes. Em um *tweet*, por exemplo, um usuário escreveu: “tentou trocar o seu furo por um furo, o cara não aceitou kk agora quer vingança”[[4]](#footnote-3). Um outro citou explicitamente a suposta relação entre a publicação de uma reportagem que seria forjada com o objetivo de atingir Bolsonaro politicamente “Se você acha que está na pior, lembre-se da jornalista da Folha de SP que oferece SEXO em troca de alguma matéria para prejudicar Jair Bolsonaro”[[5]](#footnote-4).

Foram compreendidos como termos paternalistas nomes e/ou expressões, aparentemente gentis, mas que revelam um grau de superioridade e ironia. Foi o caso, por exemplo, do uso da expressão “meu anjo” no comentário “Publica, meu anjo, você até deu o furo por este material, não é mesmo?”. Além da expressão paternalista “meu anjo”, foi utilizada a expressão “dar o furo”, de maneira que a mensagem foi considerada também um ataque sexual.

Na categoria “descredibilização profissional”, foram incluídas as mensagens que diminuíram o trabalho de Patrícia enquanto jornalista. Os termos e expressões utilizadas nestas mensagens dizem respeito ao seu caráter (“cretina”, “mentirosa”) ou a sua suposta falta de isenção política e adoção de um posicionamento partidário (“jornazista”, “PTralha”, “jornalistazinha militante”, “jornalista maníaco-mentirosa”). Este tipo de mensagem esteve presente sozinho em 17,9% das ofensas direcionadas à Patrícia Campos Mello.

Abaixo, destaco os termos utilizados para atacar Patrícia Campos Mello. Entre os termos mais utilizados, destacaram-se: “mentirosa”, “cretina”, “Paty Zap Zap”, “Patrícia Lélis[[6]](#footnote-5)” “safadinha” e a expressão “dar o furo”.

**Figura 4 – Nuvem de palavras com os termos utilizados para atacar a jornalista Patrícia Campos Mello**

****

Fonte: Elaboração própria.

* 1. **Presença de outros recursos**

Imagens e *hashtags* acompanharam algumas das mensagens analisadas. Optou-se realizar uma seção separada para análise destes recursos. Do total de mensagens, foram encontrados 26 *tweets* contendo conteúdo de mídia. Em cinco deles, porém, o link para visualização do conteúdo não estava disponível ou havia expirado, de maneira que, ao final, foram analisadas 21 imagens. Destas, o que mais chamou atenção foram os *tweets* que realizaram analogias entre o Hans River e outros homens negros, como o cantor norte-americano Lenny Kravitz e o “Negão do Zap”[[7]](#footnote-6).

**Figura 5 – Exemplo de *tweet* incluso na categoria que fez a analogia**

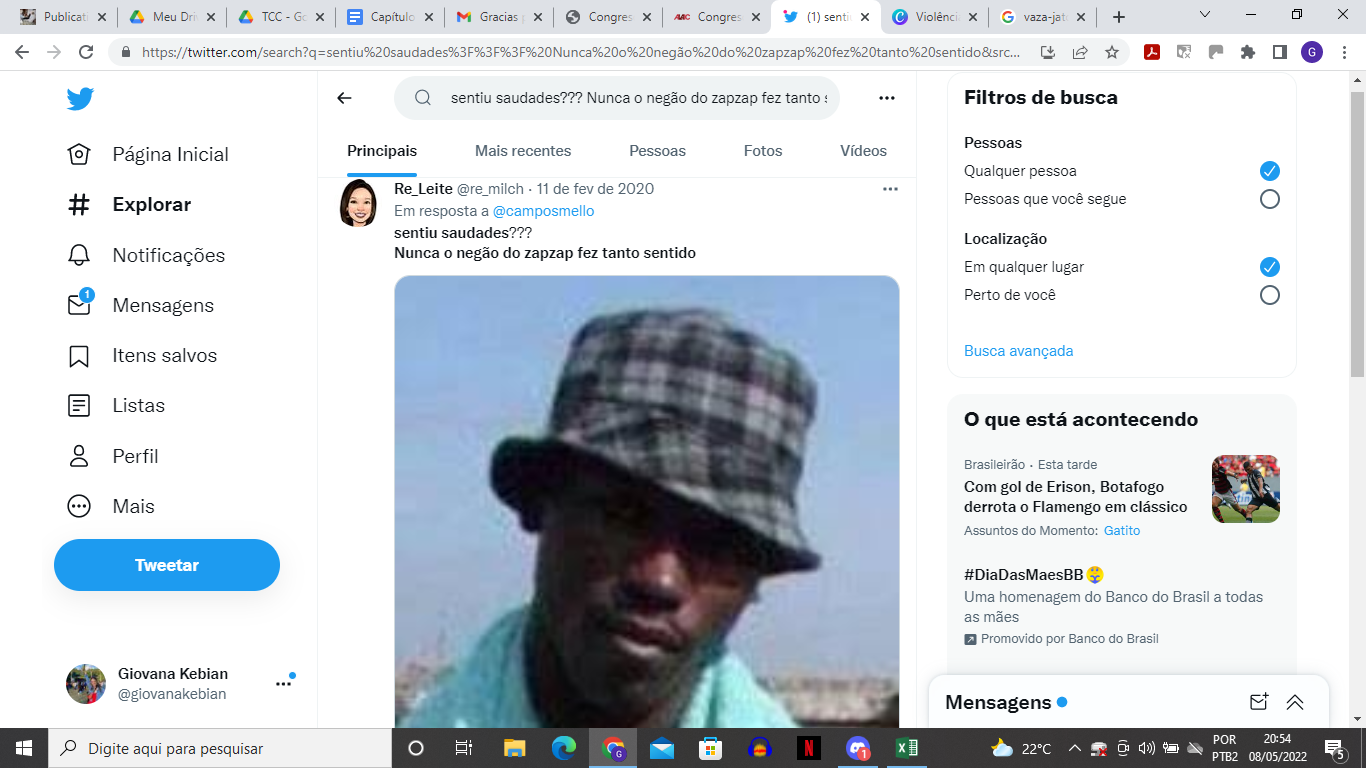


Foto: Reprodução / Twitter[[8]](#footnote-7)

Ao contrário do que era esperado antes da coleta dos dados, apenas 8 mensagens do total da amostra fizeram uso de *hashtags*, que corresponde a 2,9% do total. As *hashtags* mencionadas foram: #JuntosComWeintraub, #QuemMandouOPorteiroMentir, #FolhaLixo, #extremaimprensamentirosa, #ciladabino e #furo. Fora a primeira delas #JuntosComWeintraub, que apareceu três vezes, as demais apareceram apenas uma vez.

O dia da coleta das mensagens do Twitter, 11 de fevereiro de 2020, foi também quando o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub foi ao Senado para se explicar sobre os erros do Exame Nacional do Ensino Médio (MARTINS, 2020). Nas redes sociais, apoiadores do governo subiram a hashtag #JuntosComWeintraub e, por isso, acredita-se que ela tenha aparecido nos ataques.

1. **Violência de gênero e narrativas de desinformação**

A partir dos resultados apresentados, foi possível identificar algumas narrativas que predominaram nos ataques, utilizadas para descredibilizar a imprensa e atacar a jornalista Patrícia Campos Mello.

Como apontado por Bennett e Livingston (2018), o jornalismo de diversas nações enfrenta acusações de publicarem “notícias falsas” ou são chamados de “imprensa mentirosa”, apesar de atuarem tentando corrigir a desinformação, ou reafirmando outras normas de decoro democrático. O argumento de que Campos Mello manipula e distorce informações em detrimento de intenções políticas apareceu em 47,4% do total de ataques direcionados diretamente ao jornal *Folha de S. Paulo* ou à imprensa. Esta narrativa está ligada a uma distorção do conceito de *fake news* por parte de governos populistas e grupos de extrema-direita que associam os veículos de imprensa como responsáveis por plantar notícias falsas com vistas a obter interesses político-partidários e/ou econômicos.

A narrativa dos jornais como produtores de *fake news* ganha adesão porque há consenso entre a população de que a desinformação é um problema social, no entanto, não há clareza por parte do senso comum de como exatamente este fenômeno se manifesta. Desta forma, há uma boa receptividade do discurso que identifica um “vilão” na história e, com isso, as *fake news* passam a ser compreendidas como qualquer reportagem desfavorável ao seu alvo.

Tendo em vista que quase 90% dos ataques reproduziram a versão do depoimento de Hans River, fica evidente que a estratégia de enquadrar o jornalismo tradicional como produtor de notícias falsas também busca validar outros canais de informação, como veículos alternativos bolsonaristas, redes sociais do presidente, entre outros. Há uma guerra narrativa tanto entre as informações quanto em torno do próprio conceito de *fake news*.

Somado a isso, as mensagens destacam uma narrativa conspiratória que põe o presidente Jair Bolsonaro como vítima de um suposto grande esquema para atacá-lo. O argumento assume um caráter maniqueísta, que coloca do outro lado deste grande esquema, o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores.

Chama atenção o fato de que o PT, partido que não está no centro da discussão da CPMI das *Fake News*, seja o ator social mais mencionado nas mensagens. Na maioria das vezes, o nome do partido apareceu quando o autor da mensagem buscava sugerir que Patrícia tinha alguma relação partidária. Isso também ocorreu quando foram mencionados termos como “Esquerda” e “Comunismo”. Os *tweets* acusam Patrícia de forjar informações e se prostituir em benefício do PT.

Ironicamente, a *Folha de S.Paulo*, assim como outros grandes veículos de imprensa frequentemente atacados pelo presidente e seus apoiadores, foi alvo de sucessivas críticas durante os governos do PT. Campos Mello (2020, p. 183) também chama atenção a esta contradição:

Às pessoas que consideram a *Folha* esquerdista, lembro que foi ela que publicou a reportagem sobre o escândalo do mensalão no governo Lula, revelado pela jornalista Renata Lo Prete. O caso do sítio de Atibaia ligado a Lula, também foi um furo de reportagem do repórter Flávio Ferreira, assim como o escândalo da consultoria do ex-ministro Antonio Palocci, investigado por Cátia Seabra.

A narrativa que mais se destaca, porém, é o argumento de que Patrícia havia se oferecido sexualmente em troca de informações. Como vimos, 89,4% dos ataques analisados reproduziram a versão apresentada por Hans River da CPMI das *Fake News*. Das mensagens diretamente direcionadas à repórter, ataques sexuais apareceram sozinhos em 44% e estiveram presentes em 57% das mensagens contra a jornalista no total.

Para atingir a jornalista, os agressores fazem uso de expressões muito violentas e explícitas, como “dar a xereca pro cara”, “xerecard” e “dar o furo”. Esta última e suas variações apareceram 16 vezes nos 48 ataques sexuais, ou seja, em 25% das mensagens que continham este tipo de ataque. Uma vez que foi cunhada pela primeira vez pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, fica evidente o papel de agentes do Estado como promotores de ataques contra mulheres jornalistas, que são reverberados nas redes sociais. Além disso, para agravar o tom apelativo dos comentários, ou talvez buscar torná-los mais “inofensivos”, os agressores se valem de imagens, memes e figurinhas que ridicularizam a situação

O problema é que este tipo de prática ridiculariza uma situação baseada em uma estrutura de desigualdade de gênero e de violência contra a mulher. A narrativa se sustenta porque há uma crença em um duplo padrão sexual de que mulheres não devem falar abertamente sobre sua vida sexual, devem se preservar para o casamento e pensar em sexo a partir dos desejos masculinos. Pela lógica machista, mulheres que exercem sua sexualidade são consideradas promíscuas, vagabundas e sujas, então, tampouco há credibilidade no que dizem, pensam, escrevem e publicam. Ademais, este tipo de comportamento também abre espaço para legitimar outros tipos de violações contra as mulheres, fora do mundo “virtual”, como, por exemplo, a violência sexual.

Para Chen et al. (2018), o foco em atributos sexuais ou na violação de padrões sociais de comportamento é característico do assédio de gênero. Considerando que tanto os ataques sexuais como os termos paternalistas utilizam atributos de gênero para ofender a jornalista, podemos classificar ambos os tipos de ataques em uma categoria maior, a dos ataques de gênero. Somando todos os *tweets* em que ataques sexuais e termos paternalistas estiveram presentes, juntos ou separados, incluindo aqueles em que também estiveram presentes os termos de descredibilização profissional, os ataques de gênero representaram 72,6% dos ataques contra Patrícia Campos Mello.

Outro ponto em destaque é a quantidade expressiva de comentários com conotações racistas direcionadas ao ex-funcionário da Yacows, Hans River do Nascimento. As mensagens com frequência fizeram menção a atores sociais que não tinham relação com as pessoas envolvidas na CPMI, mas que supostamente se assemelhavam a Hans. Foi o caso de “Lenny Krevitz”, cantor norte-americano, e “Negão do WhatsApp”, utilizados mais de uma vez para se referir a Hans River, devido ao fato do ex-funcionário ser um homem negro.

Ainda que à primeira vista os comentários possam parecer inofensivos, o racismo nas mensagens se faz claro quando temos em mente os estigmas sociais atribuídos a pessoas negras. Segundo Moreira (2020), os estigmas sociais “cumprem uma função ideológica porque permitem a reprodução de relações assimétricas de poder” (MOREIRA, 2020, p. 62). À figura do homem negro associa-se com frequência o tamanho avantajado de seu órgão genitor, assim como homens asiáticos são associados ao tamanho reduzido. A ideia está implícita nos comentários a partir dos temos e expressões “a coisa preta” e “negão”, bem como na comparação entre Hans e o meme do “Negão do WhatsApp”, a figura de um homem negro que ficou popularizada pelo tamanho do seu pênis.

Os *tweets* considerados ataques corresponderam a 78,8% do total de mensagens analisadas, sendo 89,4% reprodutores do discurso apresentado por Hans River. Como a análise levou em consideração o critério de engajamento, os ataques não apenas prevaleceram dentro da amostra analisada, como também estiveram entre as publicações de maior evidência do total de *tweets* em resposta à Patrícia Campos Mello.

O algoritmo mediador do Twitter e de outras redes sociais é programado para otimizar os conteúdos com maior engajamento e direcioná-lo de acordo com a preferência de cada usuário (TUCKER et al, 2018). A cada curtida, compartilhamento, comentário ou qualquer tipo de interação *online,* o algoritmo mapeia as preferências de um usuário e passa a sugerir conteúdo semelhante a cada pessoa. Wardle e Derakhshan (2017) se referem a esta prática como *filter bubbles* ou bolhas de filtros, pois a mediação do conteúdo pelo algoritmo nas redes permite que “vivamos nas nossas próprias câmaras de eco *online*, deixando-nos apenas com as nossas opiniões que validem, em vez de desafiar as nossas próprias ideias[[9]](#footnote-8)” (WARDLE, DERAKHSHAN, 2017, p. 50, tradução nossa).

Além disso, embora este trabalho não analise o aspecto de autoria, foi possível observar que muitos dos comentários apresentaram um comportamento típico de *bots*: apenas na amostra analisada, um mesmo autor foi observado publicando mais de um *tweet*, muitos usuários possuíam poucos seguidores e seguiam poucos perfis, não utilizavam fotos e os comentários apresentavam um conteúdo extremamente agressivo. Isso sugere uma tendência da atuação orquestrada e sistematizada nos ataques digitais contra Patrícia Campos Mello, como já foi observado em outros episódios de violência *online* contra jornalistas registrados em pesquisas anteriores (ITS, RSF, 2021).

Este funcionamento da plataforma, junto aos indícios da atuação da mídia programática, provoca enormes consequências no caso de linchamento virtuais. Se os ataques ficam mais visíveis que outros tipos de publicação, há uma maior exposição da vítima de violência. Recuero (2013) alerta para o risco de as interações em rede facilitarem a emergência de conflitos, uma vez que as ofensas *online* são mais públicas, replicáveis e abrangentes “Uma ofensa, assim, é potencializada pela própria rede e pela capacidade da rede de reproduzir o caso e amplificar seus efeitos para os envolvidos” (RECUERO, 2013, p. 65).

Por outro lado, devido à lógica das bolhas de filtro, ao ganhar repercussão nas redes, os ataques contra mulheres jornalistas ficam em evidência para aqueles usuários que já costumam consumir este tipo de conteúdo, sendo um mobilizador de novos atos de *trollagem*. Anjos (2019) argumenta que “os sites de redes sociais podem servir como verdadeiros ‘viveiros’ para o machismo, a homofobia, a crença na supremacia branca, entre outros” (ANJOS, 2019, p. 79). Embora possam ter sido incentivados por perfis falsos, a mediação algorítmica da plataforma evidencia os ataques, atraindo a atuação de perfis orgânicos destinados a destilar ódio nas redes sociais.

Chama a atenção que o ápice do episódio vivenciado por Patrícia Campos Mello ocorreu há mais de dois anos da elaboração deste trabalho e, mesmo assim, praticamente toda a totalidade dos ataques dirigidos à repórter permanecem públicos no Twitter. A manutenção dos comentários na plataforma tornou-se ainda mais grave após as decisões da Justiça que condenaram o presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o deputado estadual André Fernandes (COURA, 2022).

Isso abre uma discussão sobre o papel desempenhado pelas redes sociais digitais em relação aos ataques publicados contra mulheres jornalistas. De maneira geral, observa-se uma atuação conivente das empresas de mídia social em relação a publicação de conteúdo abusivo. Apesar da maior parte delas permitir que um comentário ou um usuário sejam denunciados, em um estudo que ouviu comunicadoras e jornalistas de diversos países (POSSETI et al, 2021), a experiência mais comum relatada foi que as plataformas frequentemente ignoravam ou rejeitavam seus pedidos de exclusão de conteúdo ou contas ofensivas.

Cobrar uma atuação rigorosa das empresas de mídia social torna-se um passo fundamental para romper com o ciclo de violência que se dá nos “viveiros de ódio”. Essas, aliadas a outras medidas de prevenção, são necessárias para o enfrentamento à violência digital contra mulheres jornalistas.

1. **Considerações finais**

“A parte mais fácil é lidar com o impacto da violência *online* e da desinformação sobre mim. Eu apenas vejo o impacto no mundo e não sei por que não estamos entrando em pânico”[[10]](#footnote-9) (POSETTI et al, 2021). A frase da jornalista filipino-americana Maria Ressa resume bem o ponto-chave deste trabalho: violência digital contra jornalistas mulheres, associada à ofensiva de desinformação, apresenta um risco não apenas para as profissionais, mas para o exercício da profissão como um todo e, consequentemente, atinge os direitos de liberdade de expressão e de acesso à informação, garantidos pela Constituição.

A partir de um estudo de caso aprofundado, este trabalho propôs investigar a violência digital contra mulheres jornalistas, relacionando este fenômeno com as narrativas de desinformação. A pesquisa partiu da hipótese de que a condição de gênero das profissionais foi utilizada de maneira estratégica nos ataques *online* para atingi-las enquanto mulheres e jornalistas, buscando a reprodução de um sistema que se baseia em relações de exploração-dominação entre o homem e a mulher e, ao mesmo tempo, sobrepondo narrativas de desinformação para interferir em processos políticos.

O surgimento das redes sociais digitais, inicialmente concebidas para se tornarem um espaço de prosperidade e de expansão de processos democráticos, acabou se tornando um facilitador de desinformação, aqui entendida como ações que buscam falsear informações para atingir objetivos políticos. Este processo esteve diretamente ligado à ascensão de líderes populistas de extrema direita pelo mundo que, para respaldar suas narrativas, precisavam atacar a imprensa e seus profissionais. Assim, não apenas tendo que lutar contra a maré de desinformação, os jornalistas passaram a ser alvos de *trolls* e linchamentos virtuais que buscam impedir o exercício da profissão.

Diante deste cenário alarmante, as mulheres jornalistas se tornaram especialmente mais vulneráveis, uma vez que os ataques *online* direcionados a elas se baseiam na condição de gênero para atingi-las e as desqualificam enquanto profissionais. Essa premissa foi investigada ao longo do presente estudo de caso aprofundado a partir do episódio de violência sofrido pela jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, em fevereiro de 2020.

Em síntese, os resultados mostraram que a maior parte dos *tweets* coletados eram ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello, contra o jornal *Folha de S. Paulo* e/ou contra a imprensa de modo geral. A maioria das mensagens também reproduziu o discurso apresentado por Hans River na CPMI das *Fake News*, sugerindo que Patrícia havia oferecido sexo em troca de informação. Além disso, alguns *tweets* fizeram menção a outros atores sociais, tendo sido PT, Hans River, Patrícia Campos Mello, Jair Bolsonaro e *Folha de S. Paulo* os nomes mais presentes.

No que diz respeito aos ataques, Patrícia Campos Mello foi o principal alvo das mensagens, seguida pelo jornal *Folha de S. Paulo* ou a imprensa. Alguns *tweets* tiveram os dois como alvos. Dentre os ataques contra a imprensa, observou-se que a maior parte das mensagens sugeriu a manipulação das informações por parte dos jornais. Além disso, a *Folha de S. Paulo* foi o principal veículo atacado, mas não o único, uma vez que houve menções ao site *The Intercept Brasil*.

Entre os ataques contra a jornalista Patrícia Campos Mello, os ataques sexuais predominaram, seguidos dos termos de desqualificação profissional e dos termos paternalistas. Tendo em vista os resultados encontrados, pode-se considerar que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos estabelecidos foram alcançados, assim como a hipótese elaborada ao início da pesquisa foi confirmada. Os ataques de gênero representaram mais de 70% da amostra de *tweets* analisados, sendo a maior parte deles os chamados ataques sexuais. No caso dos ataques à imprensa, a narrativa de manipulação e edição das informações foi predominante, de maneira que os agressores propõem que o jornalismo tradicional seja o produtor das *fake news*.

Além do machismo e da misoginia nos ataques contra Patrícia Campos Mello, os agressores fizeram uso de estigmas raciais para atacar Hans River do Nascimento. A prática evidencia a preferência de *trolls* por atacar minorias identitárias, mesmo que, neste caso, seja contra um “aliado”.

Também vimos que estas narrativas articularam a ideia de que a imprensa estaria atuando em prol do Partido dos Trabalhadores, buscando atingir Jair Bolsonaro. Esse discurso conspiracionista, por sua vez, está ligado à estratégia de disputar o lugar de vítima, utilizada pelo presidente desde a campanha eleitoral de 2018. Dessa forma, assim como outras demonstrações de violência contra mulheres jornalistas mundo afora, há um papel central dos governantes como promotores dos ataques digitais.

O funcionamento das plataformas de mídia social e o aumento da presença de *trolls* e *bots* nas redes sociais apontam para um cenário cada vez mais favorável à proliferação de desinformação e de episódios de ataques *online* massivos contra jornalistas mulheres. Romper com este ciclo de violência requer intervenções em diversas esferas, entre elas a cobrança de respostas das empresas de mídia social que vêm se mostrando coniventes a tais episódios de violência. Este aspecto poderá ser melhor explorado em pesquisas posteriores, buscando entender detalhadamente a forma como estes ataques atuam de maneira orquestrada e automatizada, a partir da atuação capilarizada em uma diversidade de sites, blogs, canais no Youtube e diversas plataformas na internet.

**Referências bibliográficas**

ANJOS, Júlia. Megeras (in)domadas: discurso de ódio antifeminista nas redes sociais. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). Violência de gênero contra jornalistas: dados sobre ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021. ABRAJI, 2022. Disponível em:<https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 22 mar 2022.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2007.

BENNETT, W. L., LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. European Journal of Communication, v. 33, n. 2, 2018, p. 122-139.

BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. (Org.). The disinformation age: politics, technology, and disruptive communication in the United States. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em:<https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781108914628/type/book>. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPOS MELLO, P. A Máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CHEN, G.; PAIN, P.; CHEN, V.; MEKELBURG, M.; SPRINGER, N.; TROGER, F. ‘You really have to have a thick skin’. Journalism, v .21, n. 7, 2018, p. 877-895.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf >. Acesso em: 17 mar. 2021.

ENGEL BRONOSKY, M., O. RIOS, A. Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. Revista Mosaico, Violência política: as múltiplas faces do Estado e as suas formas de agressão, v. 11, n. 17, p. 48-63, 2019.

FRUTOS, R. Mujeres periodistas: violencia aumentada. Infoamérica Revista Iberoamericana de Comunicación: n. 10, p. 69-84, 2016. Disponível em: https://www.infoamerica.org/icr/n10/frutos.pdf Acesso: 14 jan. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2019. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_\_. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_\_. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021. Brasília, 2022.

FALLIS, D. What is disinformation?. [S.l], v. 63, n. 3, p. 401-426 2015. Library Trends. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014>. Acesso em: 8 abr. 2018.

FERRIER, M.; GARUD-PATKAR, N. TrollBusters: Fighting online harassment of women journalists. *In*: EVERBACH, T., RYAN VICKERY, J. Mediating misogyny: Gender, Technology and Harassment. Denton, EUA: Palgrave Macmillan, 2018, p. 311-332.

GONZALEZ, L. Mulher negra. Mulherio. São Paulo, ano 1, nº 3, 1981, p. 4.

INTERNATIONAL WOMEN’S MEDIA FOUNDATION (IWMF), INTERNATIONAL NEWS SAFETY INSTITUTE (INSI). Violence and harassment against women in the news media: a global picture. Londres: IWMF, INSI; 2014.

INTERNATIONAL WOMEN’S MEDIA FOUNDATION (IWMF), TROLL BUSTERS. Attacks and Harassment. The Impact on Female Journalists and Their Reporting. Londres: IWMF, TROLL BUSTERS, 2018.

KOIRALA, S. Female journalists’ experience of online harassment: A case study of Nepal. Media and Communication, v. 8, n. 1, 2020, p. 47-56.

MARWICK, A.; LEWIS, R. Media Manipulation and Disinformation Online. Relatório Online: Data & Society Institute, 2017. Disponível em:<https://datasociety.net/wp-content/uploads/2017/05/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline-1.pdf> Acesso em 21 out 2021.

MOREIRA, A. Racismo Recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

POSSETI, J; SHABBIR, N; MAYNARD, D; BONTCHEVA, K; ABOULEZ, N. The Chilling: Global trends in online violence against women journalists. Research discussion paper. Unesco, 2021. Disponível em <https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça a face e a conversação em redes sociais na Internet. *In*: PRIMO, Alex. (Org.). Interações em Rede. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 51-70.

REGO, R. Changing Forms and Platforms of Misogyny: Sexual Harassment of Women Journalists on Twitter. Media Watch Journal: v. 9, n. 3, p. 472-485, 2018.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF), INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE DO RIO (ITS). Ataques ao jornalismo se alastram nas redes. RSF, ITS, 2021. Disponível em:<https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_ataquesaojornalismo_rsf_3.pdf> Acesso em: 20 out 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, n. 16, p 115-136, 2001.

SAVA, P. S. *Web Crawler* de informações do Twitter para persistência em banco de dados. Projeto Final de Graduação, Curso Engenharia de Computação, Orientador: Sérgio Lifschitz, Departamento de Informática, PUC-Rio, 2016.

SEGATO, R. L. Las Estructuras elementales de la violencia: Contrato y status en la etiología de la violencia. Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Série Antropologia (334), 2003. p. 1-19.

TUCKER, A., GUESS, A., VACCARI, C. et al. Social media, political polarization, and political disinformation: a review of the scientific literature. Hewlet Foundation: Março, 2018.

WAISBORD, S. Mob censorship: online harassment of US journalists in times of digital hate and populism. Digital Journalism, v. 8, n. 8, 2020, p. 1030-1046.

WARDLE, C., DERAKSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Council of Europe report, 2017.

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZATTAR, M. Prática informacional em redes no domínio da Governança da água: um estudo sobre o processo de produção do conhecimento. 2017. 159 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/941>. Acesso em: 30 out. 2021.

## **REPORTAGENS E *SITES* DA INTERNET**

CÂMARA DOS DEPUTADOS. CPMI das Fake News - Oitiva de Hans River do Rio Nascimento | 11/02/2020. YouTube, 11 fev. 2020. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=iLozDVNk0WA> Acesso em: 06 abr. 2022.

CAMPOS MELLO, P. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de S. Paulo, 18 out 2018-A. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_\_ Documento confirma oferta ilegal de mensagens por WhatsApp na eleição. Folha de S. Paulo, 20 out. 2018-B. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/documento-confirma-oferta-ilegal-de-mensagens-por-whatsapp-na-eleicao.shtml> Acesso em: 02 abr. 2022.

CHARLEAUX, J.P. A condenação de Bolsonaro por ataques recorrentes a jornalistas. Nexo Jornal, 08 jun. 2022. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/06/08/A-condena%C3%A7%C3%A3o-de-Bolsonaro-por-ataques-recorrentes-a-jornalistas> Acesso em: 11 jun 2022.

COURA, K. TJSP anula condenação de Hans River a indenizar jornalista Patrícia Campos Mello. JOTA - Jornalismo e tecnologia para tomada de decisões, 15 fev 2022. Disponível em:<https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/hans-river-patricia-campos-mello-tjsp-15022022> Acesso em: 18 abr 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Ex-funcionário de empresa de disparo em massa mente a CPI e insulta repórter da Folha. Folha de S. Paulo, 11 fev 2020. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa-mente-a-cpi-e-insulta-reporter-da-folha.shtml> Acesso em: 11 jun 2022

MARTINS, T. Hashtags #ForaWeintraub e #JuntosComWeintraub travam batalha no Twitter. Correio Braziliense, 2020. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/enem/2020/02/11/interna-enem-2019,827325/hashtags-foraweintraub-e-juntoscomweintraub-travam-batalha-twitter.shtml> Acesso em 10 maio 2022.

SABÓIA, G. Relembre declarações com ofensas às mulheres feitas pelo presidente e a família Bolsonaro. O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 de mar de 2022. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/politica/relembre-declaracoes-com-ofensas-as-mulheres-feitas-pelo-presidente-a-familia-bolsonaro-25423642>. Acesso em: 12 de mar de 2022.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual. Folha de S. Paulo, 18 fev. 2020. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml> Acesso em: 18 abr 2022.

1. Disponível em: <https://twitter.com/camposmello/status/1227311186045214720> Acesso em 14 maio 2022. [↑](#footnote-ref-0)
2. Disponível em: <https://twitter.com/flferronato/status/1227347951376269313> Acesso em 08 maio 2022. [↑](#footnote-ref-1)
3. “Termos paternalistas” é uma tradução livre para *condescending terms*, categoria elaborada por Rego (2018). Apesar de “paternalista” não expressar exatamente o mesmo que *condescending,* foi o termo em português encontrado com significado mais próximo. [↑](#footnote-ref-2)
4. Disponível em: <https://twitter.com/Fabi_Farias/status/1227317344596381696> Acesso em 08 maio 2022. [↑](#footnote-ref-3)
5. Disponível em: <https://twitter.com/ClNDERELABAlANA/status/1227381046527832065> Acesso em 08 maio 2022. [↑](#footnote-ref-4)
6. Jornalista frequentemente atacada na internet e que ficou conhecida após acusar o pastor Marcos Feliciano de assédio sexual. [↑](#footnote-ref-5)
7. “Negão no Zap” trata-se de uma figurinha que se tornou viral no aplicativo WhatsApp de um homem negro que teria um órgão sexual avantajado. [↑](#footnote-ref-6)
8. Disponível em: <https://twitter.com/re_milch/status/1227323765568278530> Acesso em 08 maio 2022. [↑](#footnote-ref-7)
9. No original: allowing us to live in our own online echo chambers and leaving us with only opinions that validate, rather than challenge, our own ideas. [↑](#footnote-ref-8)
10. No original: The easiest part is dealing with the impact of online violence and disinformation on me. I just see the impact on the world, and I don’t know why we’re not panicking. [↑](#footnote-ref-9)